

ANA CRISTINA CSEPCSÉNYI E ROSINA TREVISAN MARTINS RIBEIRO

A coerência teórica e a prática da intervenção no patrimônio arquitetônico nacional: o caso da Praça do Trem no Rio de Janeiro

The theoretical coherence and the practice of intervention in the national architectural heritage: the case study of Praça do Trem in Rio de Janeiro

Ana Cristina Csepcsényi

Arquiteta, atua no segmento de gestão e desenvolvimento de Projetos de Intervenção no patrimônio cultural. Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestra em Arquitetura pelo PROARQ/FAU/UFRJ em 2006 e Bacharela em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2002.

Architect, works in the management and development of Interventional Projects in cultural heritage. DSc. by the Graduate Program in Architecture (PROARQ), Faculty of Architecture and Urbanism (FAU), Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ); Master's degree in Architecture from PROARQ/FAU/UFRJ in 2006 and Bachelor in Architecture and Urbanism from Universidade Federal Fluminense (UFF) in 2002.

anacsep@gmail.com

Rosina Trevisan Martins Ribeiro

Professora Titular aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - FAU/UFRJ. Arquiteta. Mestre em Arquitetura pelo PROARQ - Programa de Pós-graduação em Arquitetura da UFRJ (1994) e doutora em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ (2000). Trabalhou no IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Coordenadora adjunto de Ensino do PROARQ por 20 anos. Coordenadora do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio do PROARQ/FAU/UFRJ (2013-2017). Atualmente Professora do quadro Permanente do PROARQ e do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio. Desenvolve os projetos de pesquisa: "Preservação e restauração do patrimônio edificado" e "Estudo das Técnicas Construtivas históricas".

Retired Full Professor at the Faculty of Architecture and Urbanism at the Federal University of Rio de Janeiro - FAU/UFRJ. Architect. Master's degree in Architecture from PROARQ - Graduate Program in Architecture at UFRJ (1994) and DSc. in Production Engineering from COPPE/UFRJ (2000). He worked at IPHAN - National Historical and Artistic Heritage Institute. Deputy Teaching Coordinator of PROARQ for 20 years. Coordinator of the Master of Professional Studies in Project and Heritage of PROARQ/FAU/UFRJ (2013-2017). Currently Professor of the Permanent staff of PROARQ and of the Professional Master Studies in Project and Heritage. Develops research projects: "Preservation and restoration of built heritage" and "Study of historical construction techniques".

rosinatrevisan@gmail.com

Resumo

A intervenção no patrimônio cultural deve orientar-se de modo profundo e coeso, no referencial teórico do campo disciplinar, de modo a resguardar o bem como referência para preservação. Todavia, a prática contemporânea de intervenção no patrimônio arquitetônico nacional, por vezes, apresenta ações que são inconsistentes quanto a esse referencial. O objetivo deste artigo é discutir a coerência dessa prática, em relação ao referencial teórico do campo disciplinar da restauração, a fim de correlacionar inconsistências com o comprometimento do bem como referência histórica para a preservação. Para isso, a intervenção no conjunto da Praça do Trem, remanescente dos mais importantes complexos do setor férreo da América Latina, localizado na cidade do Rio de Janeiro, é analisada quanto aos postulados teóricos comuns na prática nacional e também em relação às correntes teóricas contemporâneas do restauro. Com base nestes critérios, observa-se que a intervenção projetada e a executada apresentaram distanciamentos teóricos devido ao fracionamento e à desarticulação dos projetos e o emprego de mão de obra não especializada, implicando a carência de sensibilização quanto ao bem e ao seu entorno, a desvalorização do Projeto de Intervenção e, ainda, o desconhecimento técnico a respeito do referencial teórico da intervenção. Em face disso, considera-se que a intervenção incoerente, em relação à teoria, coloca em risco a condição do bem como referência histórica para a preservação. A contribuição dessa reflexão é ressaltar que a prática nacional de recriações “evidentes” e reproduções “indulgentes” aponta para incoerências no processo de intervenção, cujas origens estão na desvalorização da preexistência.

Palavras-chave: Restauração. Intervenção. Patrimônio arquitetônico. Teoria. Praça do Trem.

Abstract

Intervention in cultural heritage must be guided deeply and cohesively, in the theoretical framework of the disciplinary field, in order to safeguard the property as a reference for preservation. However, the contemporary practice of intervention in the national architectural heritage, sometimes presents actions that are inconsistent concerning this framework. The purpose of this article is to discuss the coherence of this practice, in relation to the theoretical framework of the disciplinary field of restoration, in order to relate inconsistencies with the compromise of the property as a historical reference for preservation. For this, the intervention in the set of Praça do Trem, remnant of the most important complexes of the iron sector in Latin America, located in the city of Rio de Janeiro, is analyzed about the common theoretical postulates in national practice and also in relation to contemporary theoretical currents restoration. Based on these criteria, the projected and implemented interventions show theoretical distances due to the fractionation and disarticulation of projects and the use of unskilled labor, implying a lack of awareness about the good and its surroundings, the devaluation of Intervention Project and, still, the technical lack of knowledge about the theoretical framework of the intervention. Because of this, it is considered that the incoherent intervention, concerning the theory, puts at risk the condition of the asset as a historical reference for preservation. The contribution of this reflection is to emphasize that the national practice of “evident” recreations and “indulgent” reproductions points to inconsistencies in the intervention process, whose origins are in the devaluation of pre-existence.

Keywords: Restoration. Intervention. Architectural heritage. Theory. Praça do Trem.

Introdução

A intervenção no patrimônio cultural deve orientar-se de modo coeso no referencial teórico do campo disciplinar, de modo a cumprir sua função primordial que é resguardar o bem para preservação. Todavia, a prática contemporânea de intervenção no patrimônio arquitetônico nacional, por vezes, apresenta ações que são incoerentes e inconsistentes em relação a esse referencial.

Em função disso, discute-se a coerência da intervenção, em relação ao referencial teórico do campo disciplinar da restauração, a fim de relacionar as inconsistências observadas na prática nacional com o comprometimento do bem como referência histórica para a preservação.

Isso é feito por meio do estudo de caso da intervenção executada em 2016 no conjunto da Praça do Trem, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. A Praça é hoje composta pelo antigo prédio administrativo e por mais dois galpões, remanescentes das Oficinas do Engenho de Dentro inauguradas em 1871. Os bens integravam um dos mais importantes complexos do setor férreo da América Latina.

Para a análise, são observados os dados da intervenção projetada e executada, de modo a identificar possíveis pontos de distanciamento teórico nessas etapas. Os critérios de análise são as premissas teóricas identificadas por meio de revisão bibliográfica como recorrentes na prática nacional de intervenção no patrimônio, os postulados da Carta de Veneza (1964) e do “Restauro Crítico” de Brandi (2004). Esses últimos são elencados e identificados por Giovanni Carbonara (1998, p. 16) de forma mais objetiva como “tópicos operacionais”, que são as premissas da “reversibilidade”, da “mínima intervenção”, da “distinguilidade” e da “compatibilidade entre os materiais”, além da autenticidade. Beatriz Kühn (2006) também lhes acrescenta os “tópicos” identificados como “documentação e metodologia científica”; “ruptura harmoniosa entre passado e presente”; e “uso como um meio de preservação”. Outrossim, a intervenção ainda é correlacionada com as correntes teóricas contemporâneas do restauro, de modo a se observar se há um alinhamento teórico em relação a estas que pudesse justificar as posturas assumidas e evidenciar a coesão de propostas.

A contribuição desta reflexão é ressaltar que a prática nacional de recriações evidentes e reproduções indulgentes ou distinguíveis aponta para incoerências no processo de intervenção cujas origens estão na desvalorização da preexistência.

A teoria na prática da intervenção nacional

Beatriz Kühn (2008) afirma que no Brasil as intervenções contemporâneas no patrimônio arquitetônico frequentemente citam Cesare Brandi (2004) e a Carta de Veneza (1964) como referencial teórico do campo disciplinar para justificar suas ações. Entretanto, segundo a autora, ao se analisar essas intervenções, observa-se “[...] uma ignorância completa desses escritos, ou uma leitura pouco profunda [...]” (KÜHL, 2008, p. 113). Isso ocorre em detrimento da reflexão acadêmica que existe no país sobre a preservação no campo da historiografia, da sociologia e da antropologia, entre outras. Tal conjuntura é uma evidência do distanciamento da prática da intervenção, em relação aos princípios teóricos de restauração que deveriam regê-la.

Kühn (2008) identifica inconsistências teóricas recorrentes na prática da intervenção no patrimônio arquitetônico nacional, sendo elas: o fachadismo, a demolição, o uso do bem como a finalidade da intervenção e o tratamento das superfícies com o foco no novo. Por sua vez, a distinguibilidade é o tópico operacional brandiano comumente

empregado como uma justificativa teórica superficial e pontual, para amparar essas ações. Com efeito, no âmbito das instâncias histórica e estética e, ainda conforme seus tópicos operacionais, a adição do novo distinguível e o refazimento para reintegração de lacunas são coerentes. Contudo, o rejuvenescimento das superfícies, o uso como finalidade da intervenção e o fachadismo que incorre em demolições de elementos de composição do bem não são.

No âmbito das principais correntes teóricas contemporâneas derivadas do “Restauro Crítico”, são observadas premissas que, em parte, podem justificar algumas dessas inconsistências. Por exemplo, aquelas da “Manutenção-restauração”, defendidas por Paolo Marconi (1993), que reconhecem superfícies de sacrifício, desvalorizando sinais de degradação, refazendo argamassas e pinturas, reintegrando lacunas e reproduzindo partes, podem ser relacionadas ao aspecto novo conferido às fachadas das edificações na prática nacional. Por sua vez, as premissas dessa corrente teórica que aceitam a remoção de adições podem ser associadas às ações de demolição. Contudo, vale destacar que as adições na prática nacional podem ser enfaticamente distinguíveis, inclusive empregando materiais de alto impacto na imagem do bem. O oposto do uso dos materiais tradicionais para uma distinguibilidade moderada, adotada por Marconi (1993).

Por outro lado, tais inconsistências são contrárias às premissas do “Restauro Crítico-conservativo”, defendidas por Carbonara (1998, 2006, 2012), que têm por base o caráter documental das várias estratificações do bem na composição de sua imagem, assim rivalizando com as citadas demolições. Também o oposto das premissas da “Conservação Integral”, assumidas por Marco Dezzi Bardesch (In: Lacomoni, 2013), que valorizam o mesmo caráter documental do bem e se estruturam na manutenção dos sinais de degradação da edificação, descartando a reintegração de lacunas e a reprodução; assim, elas rivalizam com o aspecto novo conferido às superfícies na prática nacional.

Não obstante, entende-se que não existem evidências sólidas de um alinhamento com a corrente “Manutenção-Restauração”, no exercício técnico profissional da intervenção no patrimônio arquitetônico nacional. Sobretudo, porque desse modo a prática deveria testemunhar um amplo aprofundamento teórico. Todavia, com base nas premissas dessa corrente teórica contemporânea, que encontram similaridade com as citadas práticas em âmbito nacional identificadas por Kühn (2008) e por outras autoras como Natália Vieira-de-Araújo (2017), Claudia Cunha (2010) e Patrícia Nahas (2015), se reconhece certo privilégio da fruição da imagem na intervenção, em detrimento do documento histórico. Tal circunstância está possivelmente mais relacionada com o valor de novidade de Alois Riegl (2014), o qual é conferido pelas massas.

Por sua vez, o emprego da distinguibilidade para justificar o novo, além de ser uma oportunidade de acrescentar a marca do arquiteto, também é um tópico da teoria que, em uma abordagem superficial, é mais facilmente assimilado e, por isso, ganha notoriedade.

Cabe ainda salientar que algumas dessas inconsistências teóricas não são exclusivas da prática nacional. Claudio Varagnoli (2007) também identifica no exercício da intervenção na Itália o apelo do novo relacionado à distinguibilidade. “Uma relação ambígua é estabelecida entre o antigo e o novo. A preexistência é usada e, muitas vezes, fortemente manipulada apenas para transmitir o novo projeto dentro de um contexto antigo, [...]” (VARAGNOLI, 2007, p. 837, tradução nossa).

Para o autor, a arquitetura feita “por contraste” é praticada por arquitetos que “não fazem restauro próprio do campo específico da ação”. Eles fazem uma arquitetura de autorreferência que rejeita o “restauro dos especialistas”, criticado por apresentar “resultados decepcionantes em termos de qualidade arquitetônica”. Essa postura traduz de forma incisiva o que Varagnoli chama de “espírito dos tempos”. Um momento no qual o patrimônio arquitetônico ou é predominantemente criação, e a preexistência é só suporte, ou é predominantemente rigor teórico, e a preexistência é morta e estática. (VARAGNOLI, 2007, p. 835-837, tradução nossa).

Da mesma forma, Carbonara (2006, p. 8) afirma que as divergências no campo teórico contemporâneo da intervenção no patrimônio são, de modo geral, da ordem das “recriações modernizadoras e fantasiosas” e das reproduções tal e qual ou simplificadas. Ou seja, das recriações evidentes e das reproduções indulgentes ou distinguíveis.

A intervenção na Praça do Trem

A Praça do Trem, hoje denominada Praça Carlos Alberto Torres, fica localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Um conjunto composto pelo Prédio 2 e pelos Galpões 3 e 4. Edificações remanescentes das Oficinas do Engenho de Dentro, constituídas originalmente por diversas construções. Seu tombamento foi deferido no Decreto nº 14.741, justificado pela “[...] importância histórica das estações ferroviárias, ramal do Rio de Janeiro, na memória urbana de nossa Cidade.”

Art. 2º Estão incluídos no tombamento dos referidos imóveis os elementos arquitetônicos e decorativos característicos da tipologia estilística original, tais como: volumetria, cobertura, revestimentos, serralherias, esquadrias, colunas, ornatos, relógios, etc. (RIO DE JANEIRO..., 1996).

Vale enfatizar que esse tombamento foi parcialmente revogado pelo Decreto nº 24.029 de 2004, permitindo a demolição de alguns dos galpões que então compunham o conjunto. Sob a justificativa da ausência de “valor arquitetônico e cultural” e pela “necessária revitalização da área” que incluía a construção do Estádio Olímpico Nilton Santos, antes João Havelange, mais conhecido como “Engenhão”, um “equipamento imprescindível” à realização dos futuros eventos esportivos na cidade. (RIO DE JANEIRO..., 2004).

As propostas

O Prédio 2 foi construído em 1871 para abrigar a administração das oficinas. Uma construção longilínea, em sua maior parte térrea, tendo dois pavimentos no segmento central. Em 1905, após a ocorrência de um incêndio, o pavimento superior foi ampliado com o prolongamento dos dois segmentos divididos pelo corpo central da edificação. A proposta das fachadas foi mantida, embora tenham sido acrescentados ornamentos em argamassa. O coroamento do corpo central, por sua vez, foi modificado. O amplo vão, no segmento central da edificação, destinado ao acesso das pessoas ao complexo, foi preservado. [1]

FIGURA 1 – Fachada frontal após acréscimo no pavimento superior

Fonte: ARQUIVO NACIONAL (1933).

<https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/36885630246>



Um acréscimo posterior, sem data identificada, foi feito em uma das laterais do segundo pavimento, ampliando-o até o limite do pavimento térreo. A cobertura desta ampliação se apoiou na cimalha da fachada lateral, modificando vãos e seccionando vergas e ornatos.

Já no final da década de 1990, as oficinas se encontravam sem uso e em processo de arruinamento. A edificação já havia perdido a totalidade da cobertura; a estrutura e o assoalho do segundo pavimento; a escada em madeira e os “boiseries” junto a esta. Também podiam ser verificados danos às argamassas das fachadas, modificações espúrias de vãos e a perda da maioria das esquadrias que também eram executadas em madeira. Ainda existiam no prédio pinturas artísticas e pavimentos em ladrilho hidráulico. [2 e 3]

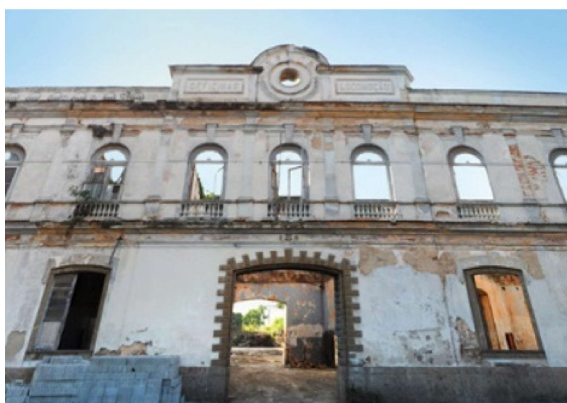


FIGURA 2 – Fachada em arruinamento.

Fonte: VELATURA (2014)

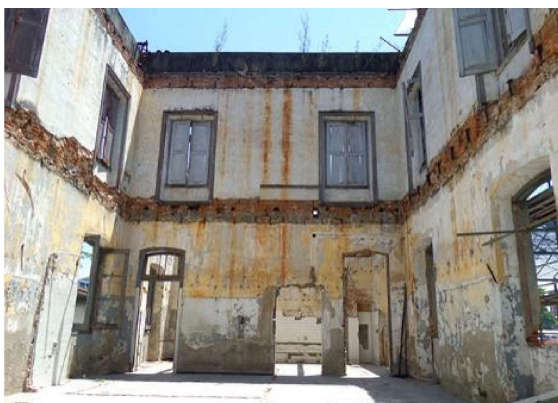


FIGURA 3 – Interior do prédio sem cobertura e sem o pavimento superior.

Fonte: VELATURA (2014)

Em 2014, a empresa Mascarenhas Barbosa Roscoe, responsável pelos serviços de urbanização e revitalização em curso no bairro, contratou o escritório Velatura Restaurações para o desenvolvimento de Projeto de Intervenção para a edificação. Seu escopo contemplava as fases de estudo preliminar, anteprojeto e projeto executivo, incluindo os projetos complementares, mas excluindo o entorno imediato do bem e os projetos pertinentes à Nave do Conhecimento (espaço para democratização da informática) e ao Museu Cidade Olímpica, ambos a serem instalados em ambientes da edificação, conforme demandas da prefeitura.

A diretriz de intervenção citada no projeto foi o restabelecimento da integridade do bem e da unidade do conjunto. A proposta previa a demolição do acréscimo lateral; a construção de lajes com estrutura metálica no pavimento e nos segmentos colaterais térreos (antes cobertos com telheiro/platibanda), de modo a instalar equipamentos de ar condicionado; a construção de cobertura com estrutura metálica e telhas francesas, incluindo proposta de nova claraboia (para ventilação natural) do hall a ser locado no eixo central do edifício; a construção de circulação vertical composta por elevador e escada metálica, no citado hall; e a construção de conjuntos de novas áreas molhadas nas extremidades laterais da edificação e de circulação vertical de apoio. Além disso, constava a execução de novos pisos no térreo, em ladrilho hidráulico liso, e do piso do pavimento superior, em madeira. Também foram especificados os serviços de restauro das alvenarias internas, dos testemunhos das pinturas artísticas nestas e dos pisos em ladrilhos hidráulicos remanescentes. Estava previsto também o restauro das fachadas, incluindo o resgate dos vãos de esquadrias descaracterizados, promovendo o rejuvenescimento das superfícies, inclusive com uma proposta cromática vibrante justificada em prospecções. Essas medidas somavam-se ainda à execução de novas esquadrias em alumínio anodizado maximar, reproduzindo o fracionamento das peças anteriores, em substituição tanto às esquadrias perdidas, quanto às poucas remanescentes ainda passíveis de restauração. Isso justificado pela exiguidade de tempo e verba para sua restauração.

Ainda em 2014, a empresa Ópera Prima Arquitetura e Restauro foi contratada pela Mascarenhas para a execução das obras na edificação. Todavia, o serviço foi descontratado antes de seu término, tendo sido desenvolvidos por esta empresa o restauro das fachadas (sem a colocação das esquadrias), a estrutura do piso do pavimento superior e do elevador e a estrutura da cobertura. [4]

FIGURA 4 – Fachada após intervenção.

Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro (2016).



Com o descontrato da Ópera Prima, a própria Mascarenhas assumiu em 2015 a continuidade dos serviços. Cabe enfatizar que esta empresa não desenvolvia atividades no setor de patrimônio. Os serviços executados foram a construção das novas circulações verticais; as ações necessárias à instalação da Nave do Conhecimento e do Museu; a colocação das esquadrias das fachadas e os serviços de instalações prediais e de ar condicionado, inclusive executado no hall central onde não foi projetada climatização e com emprego de sistema diverso do projetado para o restante da edificação. Somente um dos conjuntos de áreas molhadas projetadas foi executado e foram substituídos materiais e equipamentos hidrossanitários especificados por outros de menor qualidade. As esquadrias internas foram executadas com desenho diferente do projetado e com material também de qualidade inferior, assim como vãos foram parcial ou totalmente vedados. Os revestimentos dos pisos dos dois pavimentos foram executados com materiais de baixa qualidade, diferentes dos especificados, assim como foi feito com os forros e com a cobertura, que foi executada com telhas metálicas. Não foram restauradas as “janelas de observação” das pinturas artísticas e os pisos em ladrilho hidráulico. [5 a 8]

FIGURA 5 – Hall no térreo.

Fonte: Acervo dos Autores



FIGURA 6 – Hall no pavimento superior.

Fonte: Acervo dos Autores



FIGURA 7 – Nave do Conhecimento.

Fonte: Acervo dos Autores



FIGURA 8 – Museu Cidade Olímpica.

Fonte: Acervo dos Autores



As outras duas edificações do conjunto, os Galpões 3 e 4, foram destinadas propriamente às oficinas de trens. Estes possuíam estrutura metálica, cobertura com duas águas e lanternins com telhas francesas. As fachadas existiam somente nos segmentos frontais e posteriores. A fachada frontal do Galpão 3 foi construída com uma proposta distinta das demais: foram empregados tijolos maciços e estrutura metálica, com vãos em arco abatido, arquitrave reticulado fechado em vidro e adornada com elementos argamassados. As outras fachadas foram executadas com estrutura metálica reticulada e placas de argamassa sustentadas por tela deployer até a cumeeira, vãos em arco abatido, arquitrave com relevos em argamassa e a típica esquadria em arco pleno fracionada da arquitetura industrial. Por sua vez, a fachada posterior do Galpão 3 também diferia, em parte, das outras duas do Galpão 4.

Antes da intervenção, os galpões também se encontravam em processo de arruinamento, com vãos emparedados, esquadrias e vidros perdidos, esquadrias espúrias, argamassas e estruturas degradadas.

A empresa que desenvolveu o Projeto de Intervenção para os Galpões foi a mesma que elaborou o projeto para o Prédio 2. Seu escopo abarcava o projeto executivo para as fachadas e o projeto complementar de restauro das estruturas, excluindo o projeto para o entorno imediato das edificações.

A intervenção projetada previa o restauro da fachada frontal do Galpão 3, rejuvenescendo as superfícies, assim como para o Prédio 2, e a reconstrução do fechamento perdido da arquitrave. Para as demais fachadas, a proposta era a demolição, em função do avançado estado de degradação da estrutura de suporte e da tela (conforme laudo), seguida da reconstrução completa “tal e qual”. Cabe destacar que o projeto citava como diretriz de intervenção a manutenção da unidade do conjunto, que é a mesma definida para o Prédio 2.

As obras relativas às fachadas também foram contratadas à empresa Ópera Prima e, do mesmo modo, foram interrompidas, cabendo a esta somente a obra de restauro da fachada frontal do galpão 3, que foi desenvolvida conforme as especificações do Projeto de Intervenção. [9]

FIGURA 9 – Fachada frontal do Galpão 3.

Fonte: Acervo dos Autores



Da mesma maneira que ocorreu com o Prédio 2, a empresa Mascarenhas assumiu a continuidade dos serviços das fachadas e das demais obras que já eram seu escopo inicial (ações civis de maior porte relativas às estruturas e coberturas). Por sua vez, a reconstrução das fachadas foi executada de forma sumariamente simplificada, contrariando o projeto. [10]

FIGURA 10 – Fachadas posteriores dos galpões 3 e 4.

Fonte: Acervo dos Autores



Também foi executado o tratamento do entorno imediato das edificações históricas, conforme as ações de infraestrutura urbana que estavam em curso na região.

A coerência teórica

Ao analisar a coerência da intervenção praticada no conjunto da Praça do Trem, verifica-se que esta, ocorrendo em meio às obras de revitalização urbana do bairro, foi direcionada primordialmente pela centralidade imposta pelo estádio do “Engenhão” a toda região. Neste ponto, vale ressaltar que a construção do estádio em 2007, ocupando grande parte de um terreno da antiga rede ferroviária federal, onde havia dois conjuntos de patrimônios tombados – o da Praça do Trem (sem uso e em processo de arruinamento) e o Museu do Trem (ativo) –, foi uma obra de grande impacto sobre esses bens e seu entorno, e isso merece uma discussão à parte.

Todavia, a presente reflexão trata da intervenção na Praça do Trem, anos depois, quando o estádio já estava consolidado. Sobre isso, pode-se ponderar que a orientação da intervenção na Praça foi semelhante à que permitiu parte do destombamento para a construção da arena. A centralidade do estádio desmantelou a leitura da conformação do antigo complexo ferroviário e a intervenção na Praça do Trem reforçou essa nova ambiência, que não é da preexistência. A urbanização projetada pela prefeitura não conferiu à Praça um tratamento que reforçasse os laços entre esses edifícios ou informasse o uso original. (Haja vista que o Projeto de Intervenção teve muito pouca ingerência nesse sentido, já que seu escopo ficou praticamente restrito às fachadas e ao hall do Prédio 2 e a uma das fachadas dos Galpões.)

O “desprestígio” do espaço envolvente da arquitetura histórica redundou na sensação de que os prédios “flutuam” num vazio que poderia ser qualquer lugar. Por exemplo, não foi proposta nenhuma paginação de piso que remetesse aos trilhos de trem que existiam entre os Galpões e entre estes e o Prédio 2; nem aos trilhos transversais dentro dos galpões, onde as locomotivas dos trens eram reparadas. Esse elemento, tão característico do patrimônio industrial ferroviário, foi ignorado na urbanização do entorno imediato dos bens, sendo empregada uma paginação abstrata que não traduz fluxos antigos ou faz alusão a novos fluxos. [11]

FIGURA 11 – Praça do Trem e estádio do “Engenhão”.

Fonte: Secretaria Municipal de Obras / divulgação. Disponível em: encurtador.com.br/kzBW5. Acesso em: 19 dez. 2019.



No que se refere particularmente às edificações, entende-se que o Projeto de Intervenção para o Prédio 2 foi, de maneira geral, orientado pelo postulado teórico do bem como documento, respeitando sua matéria original, ainda que não tenha proposto o restauro de testemunhos das esquadrias remanescentes. Isso seria uma estratégia mais adequada, tendo em vista a impossibilidade de se restaurar a totalidade delas, pela exiguidade de verbas e tempo. Vale ainda salientar que o projeto não indicou a reconstrução das coberturas perdidas dos segmentos colaterais térreos, substituindo-as por terraços para os equipamentos de ar condicionado; todavia, isso não impactou na leitura do bem e na sua imagem. Sendo assim, tal ação atentou ao postulado que afirma que os acréscimos devem respeitar a preexistência em todas as suas características. Ademais, o citado acréscimo sobre um desses segmentos laterais que o projeto demoliu era “espúrio”.

Em contrapartida, o projeto deslocou a principal circulação vertical para o eixo central da edificação, onde era feito o acesso ao interior do antigo complexo. Mesmo mantendo as demais características remanescentes do ambiente, como a pavimentação, vãos e esquadrias, de modo a ainda possibilitar a leitura, tal mudança é impactante. Contudo, respeitou o postulado que afirma que o acréscimo deve ter a marca de seu tempo. A despeito disso, vale ressaltar que o destaque ao novo da proposta para o hall no corpo central da edificação se enquadra menos no que seria uma incoerência teórica e mais no que seria uma opção pela “arquitetura de autorreferência”. Uma recriação evidente, em parte semelhante ao rejuvenescimento das superfícies, pois é afeita ao valor de novidade de atração para as massas.

A intervenção projetada foi ainda atenta aos tópicos operacionais teóricos, principalmente da documentação e da metodologia científica; da compatibilidade entre os materiais e da distinguibilidade. Quanto a essa última, observa-se que a ruptura entre o passado e o presente foi harmoniosa, à exceção dos tons vibrantes adotados nas fachadas.

Diante disso, a intervenção projetada é considerada, de maneira geral, coerente, mesmo que haja distanciamentos teóricos que são típicos das concessões que costumam ocorrer na prática, por consequência dos altos custos e prazos de execução prolongados, como são os que envolvem o restauro de esquadrias.

Quanto à execução da obra no Prédio 2, excetuando-se o restauro das fachadas, as ações não seguiram as definições projetadas. Elas empregaram materiais, técnicas e equipamentos de qualidade inferior aos especificados, deixaram de executar obras civis e também parte dos serviços de conservação/restauração projetados para o interior da edificação, aproximando-se de um fachadismo, sobretudo no que se refere ao espaço do Museu, onde o prédio foi tratado como um invólucro, desligado das características morfológicas da edificação histórica e de sua relação com o exterior. Neste caso, o uso prevaleceu sobre a preexistência, ao contrário da proposta para a Nave do Conhecimento, cujo uso foi mais adequado à edificação, pois não preteriu a leitura espacial do interior do bem e do entorno. Portanto, a obra ignorou postulados como a preservação da edificação como documento, à medida que desrespeitou a matéria original.

No que concerne aos tópicos operacionais que balizaram essas ações, avalia-se que a distinguibilidade foi acentuadamente empregada, promovendo uma enfática ruptura entre o passado e o presente. Isso é observado pela modificação da proposta de acabamentos projetada que empregava materiais novos, todavia compatíveis e moderadamente distinguíveis, como o ladrilho hidráulico liso e a madeira, e mesmo as propostas para as esquadrias internas. Sendo assim, essa parte da intervenção executada é considerada incoerente.

No caso dos Galpões, avalia-se que a proposta do projeto que reconstruía "tal e qual" três das quatro fachadas pode ser vista como uma orientação pelo postulado da preservação da "história" dos bens, feita essencialmente com a conservação da ambiência do conjunto, por meio da preservação de suas características estéticas, o que, inclusive, fortalece o diálogo entre os Galpões e o Prédio 2. Isso em contraposição aos postulados da preservação da matéria original, de não falsificar e não reconstruir, assim como em oposição ao tópico operacional da mínima intervenção. Contudo, empregaram-se fortemente outros tópicos operacionais, os relativos à documentação e à metodologia científica, além da compatibilidade entre os materiais, verificados por meio da profusão e profundidade dos registros necessários à reconstrução dessas fachadas.

Por sua vez, avalia-se que a intervenção executada nos Galpões, que reconstruiu as fachadas simplificando-as, foi orientada pelo postulado que prevê não falsificar, sendo o tópico operacional da distinguibilidade empregado como premissa. Vale acrescentar que tal condução é conveniente à exiguidade de tempo e custos a que a iniciativa foi premedida.

Com efeito, a opção pela simplificação dessas fachadas reconstruídas é, em parte, coerente. Todavia, a acentuada simplificação implicou o total despojamento de uma das características mais marcantes desta tipologia de edificação. Isso, somado ao tratamento conferido ao entorno dos bens, dificultou até mesmo a percepção da antiguidade dessas edificações. Esse fato é bastante evidente nas fachadas posteriores dos galpões, que parecem construções industriais contemporâneas, sem qualquer relação com o Prédio 2. A preservação da ambiência dos bens foi prejudicada, pois o patrimônio não é compreendido isoladamente.

Uma opção à simplificação extrema seria a adoção da distinguibilidade harmoniosa, empregando reproduções moderadamente reconhecíveis, estratégias de simplificação dos relevos e ornatos, marcações com sulcos ou diferenças de texturas de argamassas, etc. Aparatos sutis que possibilitam ao olhar atento o reconhecimento e a experimentação dessa arquitetura histórica com maior profundidade, além de manter características comuns a essas edificações, associando-as.

Sendo assim, entende-se que tanto a proposta projetada para os Galpões quanto a executada são parcialmente coerentes. As duas extrapolam premissas teóricas do Restauro Crítico consagradas e se encontram no âmbito da prática nacional entre as reproduções "indulgentes" (indistinguíveis), tais como as projetadas, e as reproduções distinguíveis (sem a harmoniosa distinguibilidade), tais como as executadas.

Com efeito, tanto a intervenção projetada quanto a executada no conjunto da Praça do Trem não são assertivas em relação aos princípios orientadores do campo disciplinar da restauração. Nesse contexto, vale ainda correlacioná-las com as correntes teóricas contemporâneas, de modo a verificar se há um alinhamento teórico em relação a estas que possa justificar tais condutas e evidenciar uma coesão de propostas.

No caso do Prédio 2, o Projeto de Intervenção seria mais consonante com a corrente do "Restauro Crítico-Conservativo", no qual a matéria e a imagem são associadas, pode-se admitir superfícies de sacrifício, reintegrações de lacunas e condicionar-se o novo a ser respeitoso. Além da remoção pontual da adição, que não é a recorrente repristinção da prática nacional, uma vez que o acréscimo demolido era espúrio. Nesse caso, embora a imagem do bem tenha se beneficiado com a ação, o documento não é preterido com a demolição. Por outro lado, pode-se dizer que a intervenção executada é mais alinhada com a corrente da "Manutenção-restauração", sobretudo por conta do privilégio da imagem observado no Museu, que encontra similaridade com práticas recorrentes nas intervenções nacionais.

A intervenção projetada para os Galpões também seria mais próxima da corrente da “Manutenção-restauração”, pois emprega principalmente a reprodução de elementos não distinguíveis e a repriminção (aqui, não justificada pela legibilidade, mas pela ambiência). Ao contrário da intervenção executada, que é acentuadamente distinguível, sendo esse tópico operacional tomado como premissa e passível de extrapolar correlações com as correntes teóricas contemporâneas.

Isso ratifica a percepção da carência de coesão das propostas entre as edificações. Não obstante, não se pode afirmar que a intervenção projetada para o Prédio 2 foi superficial ou que havia carência de conhecimentos técnicos aprofundados quanto à teoria da restauração, como ocorre com frequência na prática nacional. Entretanto, corrobora-se o entendimento de que havia certa desarticulação entre o cerne das propostas projetadas para o Prédio 2 e para os Galpões, embora capaz de ser justificada pela preservação da ambiência, no escopo que cabia ao Projeto de Intervenção.

Por sua vez, a intervenção executada apresentou diversos distanciamentos teóricos, cujas causas podem ser identificadas como o fracionamento e a desarticulação dos projetos, além do emprego de mão de obra não especializada, implicando a carência de sensibilização quanto ao bem e ao seu entorno, a desvalorização do Projeto de Intervenção e, ainda, o desconhecimento técnico a respeito do referencial teórico da intervenção. O resultado disso foi uma obra executada mais alinhada pelo rápido e pelo barato, e menos pela articulação entre os pressupostos teóricos que deveriam orientá-la. Por conseguinte, uma intervenção que não prioriza a preexistência.

Considerações Finais

A intervenção no conjunto da Praça do Trem, de modo geral, se estrutura na composição de uma nova centralidade que minimiza a historicidade e a significação do patrimônio arquitetônico. Ela não é predominantemente “recriação”; contudo, ainda assim, a relevância da preexistência é subvertida, à medida que se torna suporte para o novo. Ou seja, um exemplo da prática nacional de recriações evidentes que aponta para incoerências no processo de intervenção cujas origens estão na desvalorização da preexistência. Logo, considera-se que a intervenção na Praça do Trem confere potencial risco à sua condição como referência histórica para preservação.

Com efeito, a intervenção no patrimônio arquitetônico é promovida por diversas ações. A intervenção coerente e legítima, em relação às recomendações disciplinares da teoria, deve ser mobilizada por ações coesas e justificadas, de modo assertivo e profundo, no referencial teórico contextualizado à nossa realidade. Por certo, uma intervenção pode ter aspectos coerentes e incoerentes; todavia, isto ainda resultará numa intervenção inapropriada que fragiliza o patrimônio a ser resguardado para o futuro. A intervenção no patrimônio que é incoerente, quanto ao referencial teórico do campo disciplinar, desprivilegia a precedência da preexistência e, assim, coloca em risco sua condição como referência histórica.

Referências

- BRANDI, C. **Teoria da restauração**. 2. reimp. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. v. 5
- CARBONARA, G. Tendencias actuales de la Restauración en Italia. **Loggia, Arquitectura & Restauración**, n. 6, p. 12–23, 1998.

_____. Brandi e a restauração arquitetônica hoje. **Desígnio**, n. 6, p. 35–47, 2006.

Carta de Veneza. Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS, 2., 1964, Veneza. **Anais...Veneza: 1964.** Disponível em: <https://www.icomos.org/charters/venice_sp.pdf>

CUNHA, C. dos R. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan.** São Paulo: Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2010.

KÜHL, B. M. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. **Revista CPC**, v. 1, n. 1, p. 16–40, 2006.

_____. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro.** 1. reimp. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

LACOMONI, A. **Saper credere in architettura: Cinquanta domande a Marco Dezzi Bardeschi.** Napoli: Clean Edizioni, 2013.

MARCONI, P. **Il restauro e l'architetto.** 2. ed. Venezia: Marsilio Editori, 1993.

NAHAS, P. V. **Antigo e novo nas intervenções em preexistências históricas: a experiência brasileira (1980-2010).** São Paulo: Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2015.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e sua origem.** r ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 14.741, de 22 de abril de 1996. Tomba definitivamente o bem que menciona e dá outras providências. **Lex:** 1996.

_____. Decreto no 24.029, de 16 de março de 2004. Estabelece critérios de proteção e conservação para os imóveis tombados localizados na quadra determinada pelas Ruas Arquias Cordeiro, das Oficinas, José dos Reis e Dr. Padilha, Antigas Oficinas do Engenho de Dentro. **Lex:** 2004.

VARAGNOLI, C. Antichi edifici, nuovi progetti. Realizzazione e posizioni teoriche dagli anni Novanta ad oggi. In: FERLENGA, A.; VASALLO, E.; SCHELLINO, F. (Org.). **Antico e Nuovo. Architetture e architettura.** Venecia: Il Poligrafo, 2007. v. 2p. 835–854.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. Ressonâncias teóricas entre pesquisadores brasileiros e as correntes contemporâneas do restauro na Itália: e a prática? In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO (ARQUIMEMÓRIA), 5., 2017, Salvador. **Anais...** Salvador: 2017

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (issn 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma **online** a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submissão: 13/01/2020

Aceite: 08/04/2020